Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"Não é fácil administrar um país, mas alguns líderes tornam a situação ainda mais complicada, como Jair Bolsonaro, que faz de tudo para elevar a temperatura política"

Espanhol BBVA volta ao Brasil com investimento no Neon

Quase 20 anos após deixar o Brasil, o espanhol Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) volta ao país, desta vez investindo em novas frentes de negócios. Ele injetou US$ 300 milhões (cerca de R$ 1,6 bilhão) na fintech Neon, passando assim a deter 21,7% daquele que foi o primeiro banco digital brasileiro. Segundo o Neon, que possui cerca de 15 milhões de clientes ativos, os novos recursos serão investidos no desenvolvimento de tecnologias, em ações de marketing e criação de produtos.

Mulheres ocupam apenas 14% das vagas em conselhos de administração

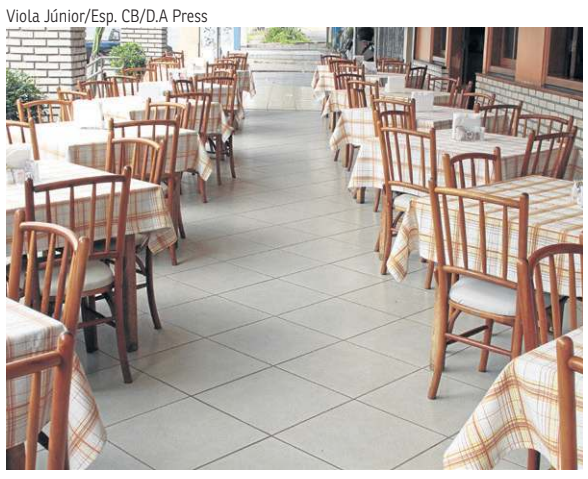
As mulheres continuam enfrentando barreiras para avançar no mundo corporativo. Segundo dados levantados pelo Programa Diversidade em Conselho (PDeC), as executivas representam apenas 14% das vagas nos conselhos de administação de empresas listadas na bolsa brasileira. Ok, um ano atrás o índice estava em 11,5%, mas a mudança foi modesta diante da enorme defasagem que, ressalte-se, precisa ser rapidamente diminuída. O PDeC é mantido por empresas como B3, IBGC, IFC, WCD e SpencerStuart.

1,6%

foi quanto caíram em janeiro as vendas presenciais no comércio físico brasileiro em relação a dezembro, segundo a Serasa Experian. A expectativa era de estabilidade no indicador

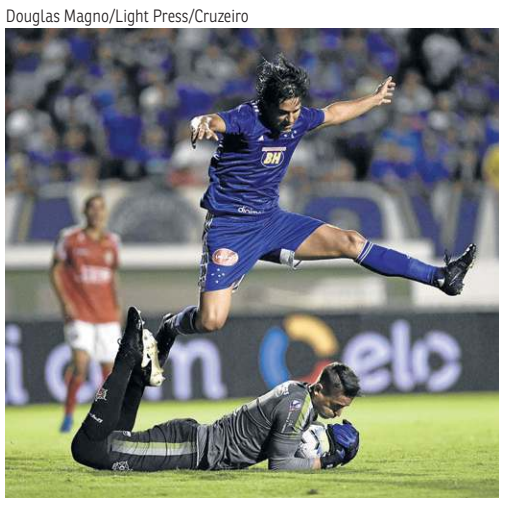
Empresários e mercado financeiro fazem contagem regressiva para 2023

Viola Júnior/Esp. CB/D.A Press



Só não vê quer não quer enxergar: a economia brasileira terá um 2022 complicadíssimo. A inflação segue alta, os juros avançam, o desemprego não cede ou cede pouco, num ritmo muito menor do que o desejado, o consumo não deslancha, os investimentos fraquejam. Junte-se a isso um cenário político turbulento, com eleições presidenciais em outubro e nervos à flor da pele, uma pandemia que teima em não desaparecer e até a ameaça de guerra, que bate à porta da Rússia e da Ucrânia. Em um contexto tão caótico como esse, não é fácil administrar um país, mas alguns líderes peculiares tornam a situação ainda mais complicada, como é o caso do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, que faz de tudo para elevar a temperatura política. Por todos esses motivos, o mercado financeiro, boa parte dos empresários e a maioria dos economistas fazem contagem regressiva para 2023. Para eles, 2022 é um caso perdido.

Douglas Magno/Light Press/Cruzeiro



Cruzeiro pagará dividendos a investidores

Primeiro time do país a se enquadrar no modelo de clube-empresa conhecido como SAF (Sociedade Anônima do Futebol), o Cruzeiro continua inovando na área de negócios. O clube anunciou iniciativa inédita: o pagamento de dividendos aos detentores do ativo Cruzeiro Token. Funciona assim: o Cruzeiro Token está lastreado em 270 atletas que passaram pelas categorias de base do clube. Até 2021, toda negociação que envolva qualquer um deles irá gerar retorno na forma de dividendos aos investidores.

RAPIDINHAS

» A NBA está de olho no mercado brasileiro. A liga americana de basquete e a Riachuelo assinaram acordo para a venda de roupas casuais inspiradas em seis times considerados populares no Brasil: Boston Celtics, Brooklyn Nets, Chicago Bulls, Golden State Warriors, Miami Heat e Los Angeles Lakers.

» A rede de hotéis, restaurantes e cassinos Hard Rock também pretende ampliar a presença no Brasil. A ideia é construir, em parceria com a construtora VCI, oito resorts em diversas regiõs, como Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR) e Campos do Jordão (SP). Atualmente, a empresa possui quatro unidades do Hard Rock Café no país.

» A conta é pesada: desde o início da pandemia, o setor de turismo peerdeu R$ 473,7 bilhões no Brasil, conforme levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Além disso, 300 mil postos de trabalho sumiram. Com a ômicron, a plena recuperação, prevista para 2022, deverá ficar para 2023.

» Quer comprar uma motocicleta zero quilômetro? Será preciso ter paciência. Segundo a Abraciclo, associação que representa os fabricantes, a fila de espera é de um mês. "A nova onda de contaminações provocou falta de colaboradores nas fábricas e comprometeu o ritmo das linhas de produção", justifica Marcos Fermanian, presidente da entidade.

"Sou cauteloso em mercados emergentes. Quero ver mais alguns meses para entender como o consumidor está absorvendo a inflação"

Ramon Laguarta,
presidente global da PepsiCo

CONJUNTURA

Eletrobras: venda complicada

TCU deve exigir recálculo do valor de outorga a ser pago à União, o que pode atrasar a privatização da companhia

» LUANA PATRIOLINO

A privatização da Eletrobras ganhou mais um capítulo. O ministro Vital do Rêgo, do Tribunal de Contas da União (TCU), deve propor um recálculo do bônus a ser pago pela empresa à União e, caso a determinação seja confirmada pelo plenário, o processo de privatização da estatal deve atrasar ainda mais.

A ação é de relatoria do ministro Aroldo Cedraz e será apreciada em sessão extraordinária hoje, às 16h, em meio a uma batalha travada em torno do valor da outorga pela renovação de contratos de hidrelétricas que geram energia com subsídio federal (regime de cotas).

Outorga é um pagamento que deve ser feito pelo comprador da empresa ao atual proprietário, neste caso, o governo brasileiro. Cada companhia tem um conjunto de características e ativos que servem de parâmetro para determinar seu valor de mercado.

A decisão sobre o tema foi aprovada durante sessão plenária do TCU, após proposta do ministro Jorge Oliveira. O processo foi apreciado preliminarmente em dezembro. À época, houve pedido de vista de Vital do Rêgo, que concordou com a data aprovada para a sessão extraordinária. O magistrado deve propor uma determinação para que o bônus a ser pago à União, calculado em R$ 25,3 bilhões, seja ampliado para incorporar a capacidade de entrega rápida de energia por essas usinas em horários de pico.

O governo busca combater a posição de Vital do Rêgo, mas integrantes da corte têm se mostrado abertos ao argumento do ministro. No início de fevereiro, o Executivo emitiu nota reiterando o cálculo do bônus. "O Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Economia reafirmam que os estudos enviados ao TCU expressam de forma fidedigna o resultado do valor da outorga", diz a nota.

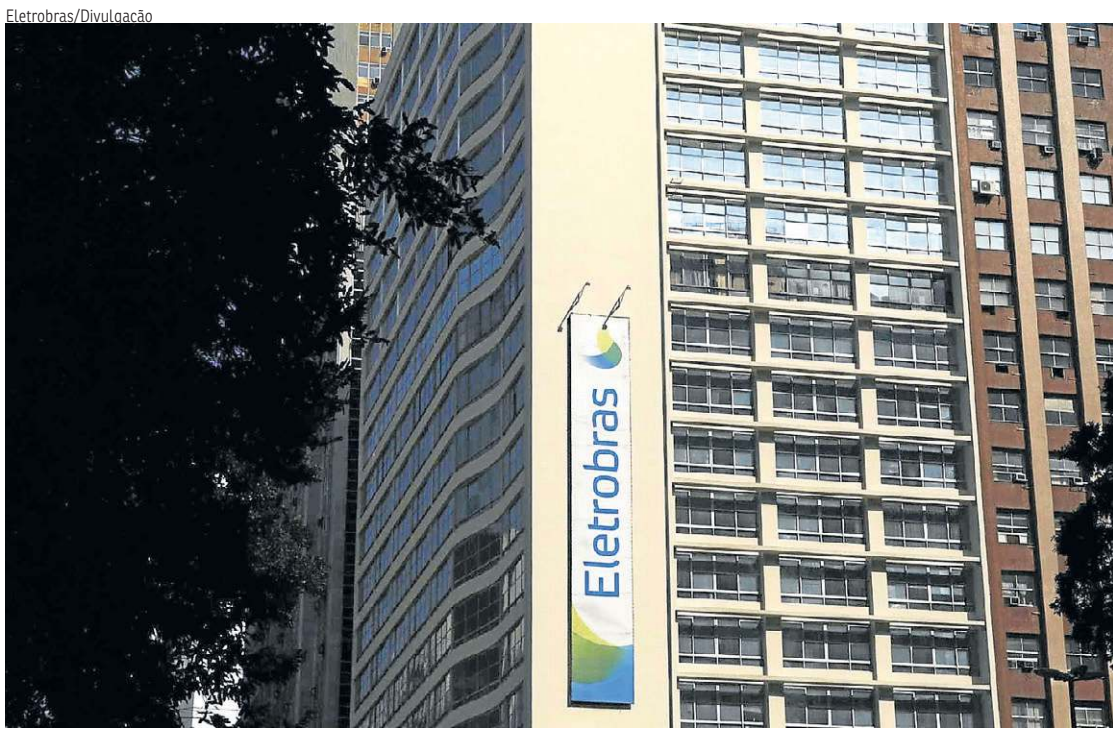
A expectativa do governo é que prevaleça a tese do relator Aroldo Cedraz que valida o valor dos contratos em R$ 67 bilhões e o bônus à União em R$ 25,3 bilhões, como estipulado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Outra expectativa é em relação ao recém-empossado ministro Antonio Anastasia, ex-senador do PSD. Segundo fontes ouvidas pelo **Correio**, o posicionamento dele ainda é considerado uma incógnita.

Demora

Ao todo, nove ministros integram o TCU. O governo faz um mapeamento de votos e acredita que terá maioria para derrotar a proposta de Vital. Em caso de derrubada, a chance de privatização da Eletrobras sair neste ano é alta. Caso contrário, o processo deve atrasar.

O economista pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) Vinícius do Carmo aponta que a reavaliação pode atrasar ainda mais a privatização. "A descoberta desta situação pelo TCU, se não inviabiliza, atrasará muito a possibilidade de privatização da companhia. A reavaliação da outorga reinicia o processo, que tem outras etapas em sequência", pontuou.

Eletrobras/Divulgação



De acordo com os planos do governo, capitalização da estatal seria feita ainda este ano

STF apoia Petrobras em ação de R$ 47 bi

A maioria da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) se posicionou a favor da Petrobras em processo trabalhista que poderia custar à empresa R$ 47 bilhões, maior valor já contestado por seus empregados. Dos cinco ministros que participam do julgamento, três já votaram contra o recurso de um grupo de sindicatos trabalhistas contra a decisão do ministro do STF Alexandre Moraes, de julho do ano passado, favorável à companhia. Dias Toffoli e Cármen Lúcia acompanharam o voto de Moraes, relator do processo iniciado na última sexta-feira.

O ministro Luís Roberto Barroso se declarou suspeito, porque teria ligação com alguma das partes do processo e, por isso, não votou. Falta ainda a manifestação do voto da ministra Rosa Weber que, ainda que seja favorável aos trabalhadores, não vai conseguir reverter a posição da maioria.

O processo trata do cálculo de remuneração acertado no acordo coletivo de 2007 — a Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), que fixou um piso salarial para as ocupações.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) sustenta que adicionais legais, como os de periculosidade, noturno e confinamento, não podem ser comprimidos na RMNR, como fez a Petrobras. A entidade pretende recorrer ao plenário do STF.

Polêmica nos combustíveis

» ROSANA HESSEL
» TAINÁ ANDRADE

O Ministério da Economia e o Palácio do Planalto negociam com o senador Jean Paul Prates (PT-RN) incluir a redução de impostos federais sobre os combustíveis em um dos dois projetos de lei que estão na pauta do Senado Federal desta quarta-feira. Relatados por Prates, o PL 1472/2021 e o PLP 11/2020 têm como objetivo diminuir os preço para o consumidor.

O senador pretende criar um pacote com as duas propostas que podem ser uma alternativa para agilizar a tramitação do tema na Casa, em lugar da Proposta de Emenda à Constituição (PECs) dos Combustíveis. A PEC é chamada de "Kamikaze" pela área econômica do governo pelo impacto superior a R$ 100 bilhões que teria nas contas públicas.

Líder do PSDB na Casa, Izalci Lucas (DF), disse que a PEC não deve ser uma prioridade no momento. Ontem à noite, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) reuniu-se com líderes de partidos. Havia a expectativa de que Prates retirasse a gasolina da proposta de redução de tributos, mas o martelo ainda não foi batido porque nem todos os líderes participaram do encontro.

O PL 1472/2021, do senador Rogério Carvalho (PT-SE), cria um fundo para estabilizar o preço dos combustíveis. Proposto pelo deputado Emanoel Pinheiro Neto (PTB-MT), o PLP 11/2020 estabelece que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ser recolhido com base em valores fixos. Os governadores são contrários a esse projeto, pois temem perder arrecadação.